

# Conhecimento histórico e luta indígena pela garantia de direitos constitucionais: entrevista com Danilo Braga.

André Soares Anzolin<sup>1</sup>

Há pouco mais de duas décadas, as pesquisas historiográficas que envolvem o passado das populações indígenas “brasileiras” se desenvolveram de forma significativa. Uma série de trabalhos vem sendo realizados a partir de enfoques libertos de perspectivas que ora negavam a existência de um *éthos* Ameríndio, ora atribuíam uma passividade a estes coletivos. Assim, com o objetivo de demonstrar a capacidade de agência histórica destas populações, uma Nova História Indígena vem dando visibilidade ao tema que, por múltiplas razões, não interessava à historiografia nacional desde seu surgimento no século XIX.

Ainda mais recente neste processo é a participação de estudantes indígenas interessados em desenvolver pesquisas a partir de perspectivas próprias destas populações. Este é o caso de nosso entrevistado, Danilo Braga, índio Kaingang<sup>2</sup> que, atualmente, cursa o mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em conversa realizada no Campus Central da mesma universidade, Danilo falou sobre os desafios da pesquisa, intimamente relacionada à sua posição de liderança<sup>3</sup> engajada na luta dos Kaingang do Rio Grande do Sul pela conquista de direitos constitucionais.

**Danilo, explique, resumidamente, o tema e o período da pesquisa que está realizando.**

O tema de pesquisa intitula-se: “A História dos Kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul: do silêncio à reação, à reconquista e a volta para casa (1940-2002)”. Do silêncio, eu pego esse período do SPI<sup>4</sup>, que é de 1910, quando é fundado, até o momento em que o órgão foi extinto, em 1967. Essa ação do SPI junto aos Kaingang na região sul foi de silêncio total: quem reclamasse por algum direito era colocado num tronco, ia para o chicote, ia para a cadeia, era transferido de uma aldeia para outra, era considerado rebelde. Houve uma tentativa de silenciar o índio e fazer com que ele aceitasse a integração, ou seja, fazer com que ele se tornasse ocidental. Isso também ocorria nas ações do SPI, na área da educação, onde, na escola indígena era proibido falar a língua; a ideia era tornar o índio civilizado. Em plena década de 1960, foi declarado que o Kaingang não era mais índio, era um homem totalmente civilizado. Sendo que estamos aí hoje, e não

sei de que maneira, mas o pessoal está encontrando forças pra resistir, apesar de todas as dificuldades que vêm acontecendo.

### **Depois da década de 70...**

Depois de 1970 começa a reação. O povo Kaingang começa a reagir, no meu ponto de vista, com o surgimento da escrita, com a formação de professores, ou seja, mais informações chegam para dentro da aldeia, e, de posse dessas informações, os Kaingang conseguem articular-se e lutar pelos seus direitos. E um dos principais direitos é o do território. Porque, dentro das próprias aldeias indígenas demarcadas, o SPI passou a arrendar essas terras e fazer com que o colono morasse dentro dessas aldeias. Isso, além de criar um processo de miscigenação - a essência da política do Estado brasileiro em relação aos índios era esta - tinha o intuito de declarar que, no século XXI, não existiam mais povos indígenas no Brasil. A década de 1970 foi fundamental para isso, e a reação começou com os Kaingang, com aqueles que se dizia que não eram mais índios, foram estes que começaram a reagir e fazer o levante contra esse tipo de política de civilização, de integração. Passam a reivindicar seus territórios, e passam a expulsar os colonos de dentro das aldeias indígenas, o que é bem polêmico, porque uns já tinham estabelecido raízes ali: casaram, tiveram filhos; por isso que hoje os traços físicos dos Kaingang já não são os mesmos.

Já na década de 1980, os grupos de Nonoai e Iraí, que foram as primeiras aldeias, começaram a trabalhar no sentido de retomar territórios mesmo, de ampliar seus territórios. Iraí não tinha nenhuma espécie de território demarcado, oficializado, registrado, eles conseguiram viver ali no município sem nenhum hectare de terra em lona na beira de rio; quando esse rio enchia, eles ficavam todos no meio da água. Ficaram resistindo e foi ali que começou essa questão de retomada de terras, que iniciou na década de 1980 e vai se consolidar em 1992, quando esse grupo de Iraí consegue sensibilizar e apoiar outras lideranças. Praticamente todas as outras aldeias do Rio Grande do Sul foram acampar lá em Iraí. Pressionaram a FUNAI<sup>5</sup> e o governo para que estes fizessem a demarcação, ou nós mesmos iríamos fazer. Então a FUNAI apressou o processo, e com a constituição de 1988 era muito mais fácil demarcar, assim foi mais fácil conseguir.

### **Por que você escolheu a pesquisa histórica e o que o levou a adotar este recorte temporal?**

A ideia é escrever a nossa versão e colocar mais elementos nossos, em cima desses estudos já existentes, aprofundá-los com a nossa visão. A ideia principal, também, é escrever na língua, mas eu já estou encontrando alguns empecilhos; em alguns parágrafos, a gente já tentou fazer, mas é difícil encontrar algumas

palavras Kaingang no português, e vice-versa: não se encontram palavras da língua portuguesa que possam ser traduzidas para o Kaingang. Então, é complicado, porque a língua Kaingang é bem recente, somente a partir da década de 1960 passou a ser desenvolvida por linguistas e estudiosos. Então é um povo de tradição oral, que começa a trabalhar com a escrita somente a partir da década de 1960. São 40, 50 anos; a escrita é bastante recente, então não se encontra, por vezes, palavras que são possíveis de tradução.

Outra dificuldade é a bibliografia sobre o tema. As pesquisas sobre o século XIX são mais numerosas, mas para o século XX existem poucos estudos a respeito da História Kaingang. Alguns autores afirmam que, no início do século XX, os índios eram assalariados em seus trabalhos. No entanto, dentro de uma aldeia indígena, apenas uma minoria era assalariada, porque o SPI pegou pessoas para construir as casas, postos de saúde, construir escolas, estes sim, eram funcionários. Mas a grande maioria trabalhou na lavoura agrícola, e nela foram escravizados, trabalhava-se só para comer. Eu vejo, então, que esses vazios a gente consegue preencher e melhorar o nosso conhecimento sobre a história Kaingang dentro do Rio Grande do Sul.

### **Como surgiu seu interesse por este problema de pesquisa?**

O tema surgiu quando me tornei cacique em 2001. Como as retomadas de terra vêm desde 1978, em 1985 mais fortes, em 2000 elas já estavam praticamente paradas, o movimento parou no Rio Grande do Sul. Na posição de cacique, retomei esse debate e começamos a articular novas retomadas, que estão acontecendo ainda hoje. A partir daí, sobre meu tema, pensei nisso: mostrar para a sociedade, através de um trabalho acadêmico, o quanto nós, o povo Kaingang, viemos perdendo território no Rio Grande do Sul. Hoje, nós estamos assim, na migalha das migalhas, nos pedacinhos de terra em que nós estamos sobrevivendo, então a ideia é mostrar isso: o quanto nós estamos perdendo, e viemos perdendo até a década de 1990, até a Constituição de 1988, só perdemos territórios através de ações sucessivas de governos, principalmente estaduais, e, então, a partir de 1990 nós estamos retomando esses territórios que foram perdidos.

Para se ter uma ideia, na metade do século XIX foram demarcadas três aldeias no Rio Grande do Sul, dentro do que eu chamo de grande território Kaingang, onde os Kaingang circulavam. Foram fundados três aldeamentos grandes: Campo do Meio, Nonoai e Guarita. O único aldeamento que foi demarcado e registrado foi Nonoai, com 420 mil hectares, isso no século XIX. Então, no século XX, quando vem a ação do Governo Federal com o SPI, que é o Serviço de Proteção ao Índio, eles demarcam o total de 11 aldeamentos no Rio Grande do Sul. A soma de todos esses aldeamentos dava 98 mil hectares. De 420 mil, que eram só uma aldeia, desceu para

98 mil hectares. Na década de 1940, foi retirada grande parte da área demarcada em Nonoai para fazer uma reserva florestal estadual. Além disto, com sucessivas ações em aldeias como Serrinha, Ventara, que foram extintas assim como Monte Caseiros, dos 98 mil hectares o governo retirou 45 mil. São esses 45 mil que hoje os Kaingang estão brigando para retomar, e encontram uma dificuldade tremenda.

Embora a legislação seja muito boa, principalmente a constituição de 1988 que abriu espaço para a questão da demarcação, os políticos perceberam as possibilidades que ela proporcionou, e foram criando decretos dentro dessa lei, que vêm dificultando as demarcações de terra. Depois de 1988, se criou um decreto, uma emenda, a lei 1775 (Decreto Nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996), que deu aos colonos o direito de contestar, o que não existia em 1988. Por isso, Nonoai e Iraí foram ampliadas e demarcadas com muito mais facilidade, foi um processo mais rápido. Mas daí, com esse direito de contestar, complicou um pouco. Hoje, a FUNAI vem com o argumento de que a terra reivindicada tem que estar ocupada há pelo menos 30 anos, mas não está ocupada porque os nossos antepassados foram expulsos de lá. Outro argumento que a FUNAI traz, muitas vezes, que atende duas aldeias nessa situação, é de não falar mais a língua. Nós temos indígenas nessas aldeias, com todos os traços físicos de indígenas, que tu consegues identificar, mas que não falam mais a língua. Então, a FUNAI desconsidera todo o processo histórico que aconteceu contra esse povo, e vai pela questão da língua, o que não observa o que realmente aconteceu no nosso país. Este é o caso de aldeias como Borboleta e Estrela, que estão com dificuldade para demarcar seus territórios.

### **A reação política que você identificou a partir das décadas de 70 e 80 também pode ser detectada no plano cultural?**

A partir da retomada de Iraí, o pessoal passou a se organizar em grupos de dança, para retomar o que o Kaingang não estava praticando desde a década de 1940, 1950, então isso estava perdido. Então, com o movimento que aconteceu em Iraí, os Kaingang voltaram a se organizar, criar grupos de dança, de canto, para mostrar que nós somos Kaingang, e precisava mostrar isso. A FUNAI exigia que se falasse a língua, então os Kaingang mostraram que falam a língua sim. Acredito que, no Rio Grande do Sul, 95% da população fala a língua, então é um elemento importante de identidade. Além disto, as danças, os rituais, e as pinturas têm sido retomadas. Na última década, de 2000 para cá, o que tem acontecido bastante é a retomada das pinturas corporais, que, em algumas aldeias, com o apoio da liderança, acontece de uma forma mais natural, e em outras já se encontram algumas dificuldades. É a questão da ação do professor mesmo, porque isso são professores indígenas que estão fazendo, e a ação dos professores que vai determinar se avançam ou não avançam. O pessoal está trabalhando nesse sentido: na língua, na dança, nas pinturas corporais, no artesanato, e de trabalhar

mais com a questão cultural mesmo, e eu acho que tem que fazer isso.

### **Que fontes você utiliza para descrever este período recente da história dos Kaingang no Rio Grande do Sul?**

Na introdução e no primeiro capítulo, eu utilizo mais fontes bibliográficas, porque ao falar da pré-história, claro que falamos de uma maneira diferente. Os índios falam no tempo dos *Gufon*, que quer dizer nos tempos dos índios muito antigos, dos Kaingang muito antigos, não tem uma idade, há 5 mil anos atrás, 12 mil anos atrás. Com a arqueologia sabemos que a ocupação indígena aqui remonta a 12 mil, 8 mil anos atrás. Assim, eu procuro usar essa bibliografia, pois acho interessante para as pessoas entenderem, localizarem-se também, já que a gente estuda isso. A partir do segundo capítulo, trabalho mais história oral: o que veio a partir da ação do SPI, a partir de 1911, que é até onde chega bem forte a memória dos mais velhos; esta chega até o início da República, eles têm bastante clareza até aí, a partir do que os seus pais falavam, do que seus avós falavam. Se a gente vai buscar mais adiante, eu percebo que é necessário usar a bibliografia que existe mesmo. A revista Júlio de Castilhos, do Museu Júlio de Castilhos, traz muito material interessante que não foi pesquisado ainda, não foi trabalhado mais profundamente, que ajuda a localizar-nos no tempo e a conseguir escrever nossa pesquisa.

### **Em tuas entrevistas, que indivíduos você tem consultado para recorrer ao passado do grupo?**

Numa família, geralmente, tem um mais velho que consegue te repassar um monte de informações. Dentro de uma comunidade, porém, sempre tem o Kujá, como nós chamamos, que seria o curandeiro, o pajé da comunidade. O Kujá é quem detém todas essas informações de memória do povo todo em comum, o que aconteceu com o povo em geral; ele não fala só da família dele, ele fala de toda a comunidade, com detalhes muito interessantes. Bem detalhadamente eles trazem essa história deles sobre o que aconteceu.

### **O conhecimento e a pesquisa histórica podem auxiliar nas demandas políticas destes coletivos?**

Eu vejo que pode, mas a gente tem que estar trabalhando muito. Porque os primeiros contatos de Kaingang são de 1628, não chega a ser 500 anos, mas já está chegando aos 500 anos de contato dos Kaingang com a sociedade ocidental<sup>6</sup>. Então, isso mudou muito. O que está acontecendo em algumas reservas é que as ações, as atitudes, a gente vê que aquilo não é o jeito do indígena, do pensamento indígena. Então, quer dizer, nós vamos ter que trabalhar muito isso, para a gente se fortalecer enquanto indígena, enquanto Kaingang. Como eu cresci criança ali, a gente não sabia se definir direito dentro de uma aldeia, com tudo que envolvia na

questão da história Kaingang. Eu chamo isso de uma retomada de consciência, do que somos, para que possamos construir uma unidade e trabalhar isso que a gente vem trabalhando.

Em muitas palestras, mesmo procuradores, juízes, ao apresentarem a legislação dizem que “está muito bonito”; o Brasil, inclusive, ganha prêmios porque tem uma legislação para os indígenas muito avançada, no papel. Mas, se não houver movimentação, se não for feita uma articulação, pressão, as leis não são cumpridas. Acho muito errado isso: se está na lei, vamos fazer a lei funcionar. Seria o papel dos nossos governos, mas, infelizmente, a gente tem que fazer muita pressão para acontecer. Eu vejo que é importante isso. A nossa formação aqui, são poucos. Tem 25 mil Kaingang no Rio Grande do Sul, e nós temos 5 com pós-graduação, e só 2 terminaram o mestrado, então é muito pouco. O México tem uma população em que 15% são indígenas. Aqui, existe uma população 0,5% indígena, praticamente acabaram com os povos indígenas no Brasil. Agora há uma retomada, da década de 1990, e há um crescimento da população.

As mesmas dificuldades são encontradas com o cumprimento da lei 11.645 **(Lei 11.645, de março de 2008)**, que trata do ensino da história e da cultura indígena, em instituições públicas e privadas. Os professores e algumas secretarias municipais de educação estão montando um projeto de formação de professores. Mas, ao participar de algumas aulas, vejo uma defasagem entre as pesquisas que se realizam hoje e os livros didáticos. Lá vem que o povo brasileiro é negro, branco e índio, mas desse índio não fala que tem 225 povos, um diferente do outro, com 180 línguas, uma diferente da outra. Para ver a riqueza de diversidade que temos no nosso país; é dessa maneira que eu costumo trabalhar. O material didático, muitas vezes, traz que “os índios comiam raízes”, mas não explica que estas eram a batata doce, a batata, a mandioca, que hoje todos nós comemos, que é hoje a nossa alimentação, tanto do povo gaúcho, como do Brasil em si. Então, traz uma ideia com um caráter pejorativo, discriminando, fazendo parecer que a gente come algo que não presta, sendo que hoje serve de alimentação para nós todos.

**Sendo um grupo que ocupa este território antes da criação do Estado-nação brasileiro, como você qualifica a posição dos Kaingang diante das tentativas de criação de uma identidade nacional única?**

É complicado, porque, como se sabe, têm os teóricos que nos falam que, na verdade, teria que se respeitar, que são grupos com uma cultura milenar, que estão aí, no caso dos Kaingang, há 8 mil, 12 mil anos atrás. Já existem vestígios de estudos arqueológicos feitos sobre a presença Kaingang no Rio Grande do Sul a partir deste período. Então, são anos que a gente deixa de lado e não leva em conta, que é riqueza, e que isso pode ajudar a cultura do povo brasileiro, criar uma

identidade nossa. Não precisamos seguir o exemplo da Europa, dos EUA, vamos criar uma identidade nossa, do Brasil, nós, como povo brasileiro, vamos buscar nas nossas raízes. Lembro do depoimento de uma liderança indígena, uma professora Guarani do Mato Grosso. Lá os Kaiowá estão enfrentando uma dificuldade tremenda - nos últimos dias, teve liderança sendo assassinada. Esta professora, em uma fala num vídeo do acampamento Terra Livre, que acontece em abril, em Brasília, diz: "eu estou sem terra na minha própria terra". Um depoimento muito triste, em que ela se emociona, e a gente quando assiste também acaba se emocionando. Havia uma esperança nos últimos governos que se dizem preocupados com as questões sociais, de que acontecessem as demarcações, mas a gente não está vendo sinalização nenhuma de que isso vai ocorrer em curto prazo. Na FUNAI, são 604 pedidos de identificação e demarcação de terras, mas são migalhas; já perdemos tanto, e não ter essas migalhas para a gente fica complicado, mas vamos trabalhar, vamos fazer as nossas propostas, e o povo tem que estar consciente da necessidade de buscar formação.

O meu sonho é que nessa formação se crie a retomada de consciência para que a gente saiba se defender e lutar pelo nosso povo, que é o que eu faço, e sempre fiz isso. Trabalhei no Conselho Estadual dos Povos Indígenas<sup>7</sup> por sete anos, como voluntário, não ganhava salário nenhum, ganhava passagem, alimentação e estadia de hotel para eu participar das reuniões. Fui muito criticado por isso porque, muitas vezes, a minha família passou necessidade, mas enfim, eu estava trabalhando pelo meu povo, e isso deixa a gente contente com algumas ações que estão acontecendo, principalmente na área da educação. Algumas escolas já têm ensino médio; em outras, ele será implantado a partir do ano que vem. Vai se criar um instituto estadual, o primeiro no Rio Grande do Sul, de formação técnica para indígenas, na área de magistério, enfermagem, engenharia florestal, para que se formem técnicos indígenas bem preparados. A gente trabalha a cultura nas escolas para que o estudante esteja preparado para trabalhar dentro da aldeia, mas ele também, como cidadão brasileiro, tem a opção de morar fora da aldeia indígena, mas, para isso, é preciso tem que estar preparado para competir com o mundo lá fora, e a gente vê que a competição aqui não é muito fácil.

## Notas

1 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Bolsista CAPES.

2 O território Kaingang, ainda no início do século XIX, estendia-se desde o rio Tietê, em São Paulo, até a bacia do rio Uruguai, no Rio Grande do Sul. No oeste, a área utilizada pelos Kaingang chegava até a província argentina de Misiones, e a leste era limitada pela ocupação dos Guarani na costa Atlântica. Atualmente, os Kaingang são o maior coletivo indígena pertencente ao grupo linguístico Macro-Jê, e distribuem-se em aldeias localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Ao lado de idiomas como o Xokleng, a língua Kaingang faz parte do ramo Jê-meridional, uma das três ramificações da família Jê.

3 De maio de 2001 até o final do ano de 2004, Danilo Braga ocupou a posição de cacique na aldeia onde nasceu, a Terra Indígena Ligeiro, localizada no município de Charrua-RS. Esta aldeia compreende uma

área de 4.523 hectares e nela habitam, aproximadamente, 1500 pessoas.

4 "O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, mais tarde apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI), foi criado pelo Decreto-Lei nº 8.072, de 20 de junho de 1910, com o objetivo de ser o órgão do Governo Federal encarregado de executar a política indigenista. Sua principal finalidade era proteger os índios e, ao mesmo tempo, assegurar a implementação de uma estratégia de ocupação territorial do País." Fonte: <http://www.funai.gov.br/quem/historia/spi.htm>

5 "A Fundação Nacional do Índio – FUNAI, criada pela Lei 5.731, de 05 de janeiro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, entidade com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, é o órgão federal responsável pelo estabelecimento e execução da política indigenista brasileira em cumprimento ao que determina a Constituição Federal Brasileira de 1988." Fonte: <http://www.funai.gov.br/>

6 Foi somente com as frentes de expansão do século XIX, que a interação entre Kaingang e não-índios tornou-se constante. Neste período, com o suporte da política imperial, empreendeu-se sobre o território tradicional Kaingang a construção de estradas de ferro capazes de sustentar a expansão agrícola na região, e ainda, a criação de colônias de imigrantes alemães e italianos. Sobre o tema ver: LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Introdução. In: *Fronteiras Geográficas, Étnicas e Culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)*. Pesquisas (UNISINOS). Antropologia, v. 64, São Leopoldo, 2007.

7 "O Conselho Estadual dos Povos Indígenas, criado pelo Decreto nº 35.007, de 9 de dezembro de 1993, é órgão público deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador das políticas e ações executadas pelo Governo do Estado, relacionadas às populações indígenas do Estado do Rio Grande do Sul." Fonte: <http://www.al.rs.gov.br/Diario/Proposicoes/PROP1466.htm>.